

Resumo: O artigo apresenta uma síntese da terceira encíclica do papa Bento XVI, e aponta algumas de suas intuições, antes de apresentar uma breve conclusão. Na síntese, destaca-se a Introdução do documento papal, seguindo-se o conteúdo de seus capítulos: o primeiro, sobre a mensagem da *Populorum Progressio*, a encíclica social de Paulo VI; o segundo, sobre o desenvolvimento dos povos em nosso tempo, neste início do terceiro Milênio; o terceiro, sobre as relações entre fraternidade, desenvolvimento econômico e sociedade civil; o quarto, sobre o desenvolvimento dos povos, direitos e deveres, e o meio ambiente; o quinto, sobre a colaboração da família humana; o sexto, sobre o desenvolvimento dos povos e a técnica. Segue o que o autor chama as “intuições” da Encíclica, “verdadeira luz para nós, cristãos, e para a sociedade”. Entre elas, o fato de que, “do ponto de vista cristão, o progresso não depende só da promoção humana, do anúncio da fé e do amor de Cristo, mas, também, da esperança cristã, dom de Deus. Ela impede que nos contentemos com a construção do reino aqui e agora, e nos ajuda a reconhecer que somente em Deus se concretiza nosso desejo de felicidade”.

Abstract: The paper presents a synthesis of the third of Pope Benedict XVI's encyclicals, and points out some of its intuitions, before presenting a brief conclusion. In the synthesis, is emphasized the Introduction of the papal document, being followed by the content of its chapters: the first, about the message of *Populorum Progressio*, Paul VI's social encyclical; the second, about the development of the nations in our time, in this beginning of the third Millennium; the third, about the relations between fraternity, economical development and civil society; the fourth, about the development of the peoples, rights and duties, and the environment; the fifth, about the collaboration of the human family; the sixth, about the development of the peoples and technique. Then follows what the author calls the “intuitions” of the Encyclical, “true light for us, Christians, and for society”. Among them, the fact that, “from the Christian point of view, progress depends not only from the human promotion, from the announcement of faith and love of Christ, but also from the Christian hope, gift of God. It prevents that we be satisfied with the building of the Kingdom now and here, and helps us recognizing that only in God is fulfilled our wish of happiness”.

Caritas in veritate*

Murilo S.R.Krieger, SCJ**

* Esta apresentação da encíclica *Caritas in Veritate* foi feita no decorrer da Semana Teológica do ITESC, Instituto Teológico de Santa Catarina, realizada dias 20 a 24-09-2010, com o tema geral “Teologia, Economia e Ecologia”. À apresentação, propositalmente esquemática, seguiu o diálogo e debate com os participantes.

** O autor, Arcebispo de Florianópolis, SC, até 12-01-2011, foi nessa data nomeado Arcebispo de Salvador, BA, e Primaz do Brasil.



No dia 29 de julho de 2009, o Papa Bento XVI presenteou os bispos, presbíteros e diáconos, pessoas consagradas, fiéis leigos e todos os homens de boa vontade, com sua terceira encíclica: *Caritas in veritate*. Eleito a 19 de abril de 2005, tendo iniciado seu pontificado no dia 24 de abril, Bento XVI havia assinado sua primeira encíclica – *Deus caritas est* – poucos meses depois de sua posse (25.12.2005); a segunda – *Spe salvi* –, a 30 de novembro de 2007. *Deus caritas est* nos apresentou o centro da fé cristã; *Spe salvi* veio nos recordar que “é na esperança que fomos salvos”; *Caritas in veritate* aborda temas sociais e econômicos, procurando “aprofundar alguns aspectos do desenvolvimento integral de nossa época, à luz da caridade na verdade” (Bento XVI, *Angelus*, 05.07.09).

Depois de apresentar uma síntese desta encíclica, apontarei algumas de suas intuições e uma breve conclusão.

A) Síntese da Encíclica

1 Introdução

A encíclica *Caritas in veritate* começa lembrando que “a caridade na verdade, que Jesus Cristo testemunhou com sua vida terrena e, sobretudo, com sua morte e ressurreição, é a força propulsora principal para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade inteira” (1).

“A caridade é a via mestra da doutrina social da Igreja” (2); ela é tudo, porque *Deus é caridade*; “é o dom maior que Deus concedeu aos homens” (id.). Mas a caridade deve, necessariamente, estar unida à verdade. “Sem a verdade, a caridade cai no sentimentalismo” (3). Como a justiça é o primeiro caminho da caridade, “não posso ‘dar’ ao outro do que é meu, sem antes ter-lhe dado aquilo que lhe compete por justiça” (6).

“Ao lado do bem individual, existe um bem ligado à vida social das pessoas: o bem comum” (7). Demonstramos nosso amor pelo próximo, trabalhando em prol do bem comum.

O Papa Paulo VI, em 1967, ao publicar a encíclica *Populorum Progressio* (“a *Rerum Novarum* da época contemporânea”), lembrou-nos que o anúncio de Jesus Cristo “é o primeiro e o principal fator de desenvolvimento” (8). A História já nos demonstrou que, para um autêntico desenvolvimento humano, não basta a mera partilha dos bens e recursos: é necessário o amor.

“A Igreja não tem soluções técnicas para oferecer” ao homem e à mulher de todos os tempos (9); tem, sim, critérios que são necessários para a construção de uma sociedade que corresponda à dignidade da pessoa humana.



Cap. I – A mensagem da *Populorum progressio*

Quarenta anos depois da publicação da *Populorum progressio*, Bento XVI nos recorda duas grandes verdades apresentadas pelo Papa Paulo VI naquela encíclica: 1ª) “a Igreja inteira, em todo o seu ser e agir, quando anuncia, celebra e atua na caridade, tende a promover o desenvolvimento integral do homem” – por isso, é essencial para a Igreja poder agir num regime de liberdade; 2ª) “o autêntico desenvolvimento do homem diz respeito unitariamente à totalidade da pessoa em todas as suas dimensões” – por isso, “sem a perspectiva de uma vida eterna, o progresso humano neste mundo fica privado de respiro” (11).

O que se chama hoje de Doutrina Social da Igreja é fruto do que foi transmitido pelos Apóstolos aos Pais da Igreja e, depois, acolhido e aprofundado pelos pensadores cristãos (cf. 12). Essa Doutrina ilumina os novos problemas que vão aparecendo. Foi nessa linha que a *Populorum progressio* reafirmou a exigência imprescindível do Evangelho para a construção da sociedade segundo a liberdade e a justiça, na perspectiva de uma civilização animada pelo amor (cf. 13).

O ser humano está constitutivamente inclinado para “ser mais” (14); um desenvolvimento autêntico promove todos os homens e o homem todo (cf. 18). A causa principal do subdesenvolvimento é a falta de fraternidade: “a sociedade cada vez mais globalizada nos torna vizinhos, mas não nos faz irmãos” (19). Numa sociedade sem Deus, o desenvolvimento é “desumanizado”.

Cap. II – O desenvolvimento humano em nosso tempo

No segundo capítulo de *Caritas in veritate*, Bento XVI analisa o desenvolvimento humano em nosso tempo. O objetivo exclusivo do lucro “sem ter como fim último o bem comum, arrisca-se a destruir riqueza e a criar pobreza” (21). São distorções do desenvolvimento: uma atividade financeira muito especulativa, os fluxos migratórios e “a exploração desregrada dos recursos da terra”. As crises nos obrigam a projetar novos caminhos: há necessidade de “uma nova síntese humanista”.

Lembrava o Papa João Paulo II: “cresce a riqueza mundial em termos absolutos, mas aumentam as desigualdades” (*Sollicitudo rei socialis*, 1987, n. 28) e nascem novas formas de pobreza. Em nosso tempo, os problemas se multiplicam: países ricos protegem, por vezes excessivamente, suas propriedades intelectuais, especialmente no campo sanitário (cf. 22); o Estado sente-se limitado pela “crescente mobilidade dos capitais financeiros” (24); a segurança social está ameaçada pela desregulamentação do mundo do trabalho; as organizações sindicais têm dificuldade de representar os direitos dos trabalhadores; aumenta a *mobilidade laborial*;



o desemprego “provoca aspectos novos da irrelevância econômica do indivíduo”. Ora, não se pode perder de vista que “o primeiro capital a preservar é o homem, a pessoa, na sua integridade” (25).

No plano cultural, há um duplo perigo: de um lado, o do *ecletismo cultural*, no qual as culturas são vistas como substancialmente equivalentes, o que favorece o relativismo; de outro, o do nivelamento cultural, isto é, a homogeneização dos estilos de vida (cf. 26).

Apesar de todo o progresso alcançado pelo ser humano, paira sobre muitos países o desafio da fome, fruto não tanto da escassez de alimentos, mas da “falta de um sistema de instituições econômicas que seja capaz de garantir um acesso regular e adequado... à alimentação e à água” (27). Falta, na verdade, a consciência do respeito pela vida, manifestada, também, sob outras formas: o favorecimento do aborto e de toda uma mentalidade antinatalista, e a prática da eutanásia. Ora, “a abertura à vida está no centro do verdadeiro desenvolvimento” (28).

Não há desenvolvimento sem o respeito à liberdade religiosa, sem a erradicação do terrorismo e sem o cuidado com “o estado de saúde ecológica da terra”. Países que promovem o ateísmo tiram de seus cidadãos a força moral e espiritual indispensável para se empenharem no desenvolvimento humano integral (cf. 29-33).

Cap. III – Fraternidade, desenvolvimento econômico e sociedade civil

O ser humano foi feito para o dom. A fé nos ensina, porém, que não pode ser ignorado o “pecado das origens”, que inclina o homem para o mal e o leva a errar em diversos campos, inclusive no econômico. Para que o desenvolvimento econômico, social e político seja autenticamente humano, precisa dar espaço ao “princípio da gratuidade” (34).

O mercado é uma instituição econômica que permite o encontro entre as pessoas, na sua dimensão de operadores econômicos, que usam o contrato como regra de suas relações e trocam bens e serviços para satisfazer carências e desejos. Se não levar em conta a solidariedade, o mercado não poderá cumprir plenamente sua função econômica. Os pobres não podem ser considerados um fardo, mas um recurso, mesmo do ponto de vista econômico. É errado pensar que há necessidade de pobres e subdesenvolvidos para que o mercado funcione melhor. O mercado tem necessidade, sim, de “energias morais”, que supõem uma visão que vai muito além da economia (cf. 35), pois leva em conta o bem comum. Não é, pois, o mercado que é danoso, mas o ser humano, quando não lhe dá uma orientação correta. Também “nas relações comerciais, o princípio de gratuidade e a lógica do dom como expressão da fraternidade podem e devem encontrar lugar dentro da ativi-



dade econômica normal” (36). Cada decisão econômica tem consequências de caráter moral (cf. 37). A solidariedade consiste em que todos se sintam responsáveis por todos. Para superar o subdesenvolvimento é necessária uma “progressiva abertura, em contexto mundial, para formas de atividade econômica caracterizadas por cotas de gratuidade e de comunhão” (39). A gestão de uma empresa, por exemplo, não pode levar em conta unicamente o interesse de seus proprietários, mas também o daqueles que contribuem para ela, particularmente os trabalhadores (cf. 40).

O Estado tem um papel importantíssimo e imprescindível na economia, mesmo e particularmente numa economia globalizada. Por sinal, “a globalização *a priori* não é boa nem má. Será aquilo que as pessoas fizerem dela”. O ideal é uma globalização em termos de relacionamento, comunhão e partilha (cf. 42).

Cap. IV – Desenvolvimento dos povos, direitos e deveres, ambiente

“A solidariedade universal é para nós não só um fato e um benefício, mas também um dever” (Paulo VI, PP, 17). Não temos apenas direitos, mas também deveres. Hoje, infelizmente, muitos querem ver seus direitos reconhecidos, mas ao mesmo tempo, direitos elementares e fundamentais são violados e negados a boa parte da humanidade (cf. 43).

Aos que consideram o aumento da população como a causa principal do subdesenvolvimento, é necessário lembrar que aumentam as crises em países com uma preocupante queda da natalidade. A Igreja lembra que os direitos humanos devem ser respeitados também no uso da sexualidade. Trata-se de um campo que não pode ser reduzido a mero fato hedonista. “A abertura moralmente responsável à vida é uma riqueza social e econômica” (44): grandes países superaram seus problemas graças à capacidade de seus habitantes. Por isso, é importante propor às novas gerações a beleza da família e do matrimônio.

A economia, que é um setor da atividade humana, tem necessidade da ética para seu correto funcionamento. A Doutrina Social da Igreja, que se baseia no “princípio da centralidade da pessoa humana” (47), muito contribui para a elaboração das normas éticas nesse campo, ao lembrar duas certezas: 1ª) fomos criados à imagem e semelhança de Deus; 2ª) temos uma dignidade inviolável; por isso, as normas morais têm um valor transcendente (cf. 45).

Ao lado de empresas que têm por finalidade o lucro e organizações que não buscam o lucro, estão surgindo empresas intermediárias – isto é, empresas que valorizam a economia de comunhão. Elas não excluem o lucro, mas o consideram “instrumento para realizar finalidades humanas



e sociais” (cf. 46). Além disso, fazem com que as pessoas e os povos a serem beneficiados se tornem protagonistas de seu desenvolvimento.

Não se pode pensar em desenvolvimento sem levar em conta a dimensão ecológica, já que “a natureza é expressão de um desígnio de amor” (48): nesse campo, temos uma grave responsabilidade para com os pobres, as gerações futuras e toda a humanidade.

O cuidado e a preservação do ambiente devem levar em consideração as “problemáticas energéticas”. Como os recursos naturais não são renováveis, os mais prejudicados são os países pobres. Eles não têm recursos para pesquisar fontes alternativas de energia, daí ser necessário que as sociedades tecnicamente avançadas diminuam o consumo energético e busquem energias alternativas (cf. 49).

“Há espaço para todos nesta terra” (50). É preciso, contudo, que entreguemos às novas gerações uma terra em condições de ser habitada e cultivada. Isso exige toda uma mudança de mentalidade e, conseqüentemente, de estilo de vida. O ser humano precisa ser protegido de si mesmo; “requer-se uma espécie de ecologia do homem” (51). A História nos mostra que, quando os direitos humanos fundamentais não são respeitados – por exemplo: o direito à vida e à morte natural –, “a consciência comum acaba por perder o conceito de ecologia humana e, com ele, o de ecologia ambiental” (51).

Cap. V – A colaboração da família humana

“Uma das pobrezaas mais profundas que o homem pode experimentar é a solidão” (53). Nós nos realizamos nas relações interpessoais – isto é, relacionando-nos com os outros e com Deus. Isso vale também para os povos (cf. 53). Deus é Trindade, é relação, e quer nos associar à sua realidade de comunhão. A Igreja é sinal e instrumento dessa comunhão (cf. 54). Não se pode aceitar, pois, propostas religiosas que isolam o ser humano na busca do bem-estar individual, limitando-se a satisfazer seus anseios psicológicos. O cristianismo, “religião do ‘Deus’ de rosto humano” (cf. 55), é chamado a levar Deus também para a esfera pública. Somente assim os direitos humanos serão respeitados (cf. 56). Há que se levar em conta, naturalmente, o princípio da subsidiariedade, que respeita a autonomia dos corpos intermediários – princípio que deve ser respeitado particularmente em nosso mundo globalizado (cf. 57) e estritamente ligado com o princípio da solidariedade (cf. 58).

Além da colaboração econômica entre os países – levando-se sempre em conta que o recurso humano é o autêntico capital dos países mais pobres – há necessidade de uma cooperação também no campo cultural, mas no



respeito à identidade cultural de cada país. Afinal, ter uma tecnologia mais avançada não significa ter uma cultura superior (cf. 59).

“Uma possibilidade de ajuda para o desenvolvimento poderia derivar da aplicação eficaz da chamada subsidiariedade fiscal, que permitiria aos cidadãos decidirem a destinação de cotas de seus impostos versados ao Estado” (60). E uma solidariedade no campo internacional poderá se expressar na ajuda para um maior acesso de todos à educação, que leve em conta a formação completa da pessoa; no incentivo ao turismo, “que pode se constituir em notável fator de desenvolvimento econômico e de crescimento cultural” (61); em uma atenção especial ao fenômeno das migrações, para “salvaguardar as exigências e os direitos da pessoas e famílias emigradas e, ao mesmo tempo, os das sociedades de chegada dos próprios emigrantes” (62); em uma “coligação mundial em favor do trabalho decente” (63), uma vez que há um nexo direto entre pobreza e desemprego; no apoio às organizações sindicais dos trabalhadores (64); em apoio a “iniciativas financeiras em que predomine a dimensão humanitária” (65); no favorecimento a micro-financeamentos; e, também, na busca de “formas novas de comercialização de produtos provenientes de áreas pobres da terra” (66).

Dadas as novas formas de interdependência mundial, é urgente uma “reforma quer da Organização das Nações Unidas quer da arquitetura econômica e financeira internacional” (67), possibilitando que as nações mais pobres tenham uma voz eficaz nas decisões comuns. Urge uma verdadeira Autoridade política mundial que, reconhecida por todos, tenha um poder efetivo “para garantir a cada um a segurança, a observância da justiça e o respeito dos direitos” (id.).

Cap. VI – O desenvolvimento dos povos e a técnica

“Ninguém plasma arbitrariamente a própria consciência, mas todos formam a própria personalidade sobre a base de uma natureza que lhe foi dada” (68). Precisamos, pois, reentrar em nós mesmos, para reconhecer as normas fundamentais da lei moral natural que Deus inscreveu em nossos corações.

O desenvolvimento está unido ao progresso tecnológico; a técnica insere-se no mandato de “cultivar e guardar a terra (Gn 2,15)” (69). Mas o desenvolvimento tecnológico não torna a técnica auto-suficiente. “Quando o único critério da verdade é a eficiência e a utilidade, o desenvolvimento acaba automaticamente negado” (70). Daí a urgente necessidade de uma formação para a responsabilidade ética no uso da técnica. “O desenvolvimento é impossível sem homens retos, sem operadores econômicos e homens políticos que sintam intensamente em suas consciências o apelo do bem comum” (71).

Já é quase impossível imaginar a existência da família humana sem os meios de comunicação social. Para que eles favoreçam a liberdade e



globalizem o desenvolvimento e a democracia para todos, é preciso que estejam centrados na promoção da dignidade das pessoas e dos povos e colocados a serviço da verdade (cf. 73).

Em vários campos da vida humana, como, por exemplo, da bio-ética, da fecundação *in vitro*, da pesquisa sobre os embriões, da possibilidade da clonagem e hibridação humana, coloca-se hoje uma questão fundamental: são suficientes razões técnicas para uma tomada de decisão ou é necessário levar em conta a responsabilidade moral do homem? Diante de tais desafios, precisamos entender que razão e fé ajudam-se mutuamente e só conjuntamente salvarão o homem: “a razão sem a fé está destinada a perder-se na ilusão da própria onipotência, enquanto a fé sem a razão corre o risco do alheamento da vida concreta das pessoas” (74). Longe de Deus, o ser humano vive inquieto e está mal; a droga e o desespero comprovam isso (cf. 76). Precisamos de olhos novos e coração novo para superar a visão materialista dos acontecimentos humanos, e entrever no desenvolvimento um “mais além” que a técnica não pode dar (77).

Conclusão

“Sem Deus, o homem não sabe para onde ir e não consegue sequer compreender quem é. (...) Deus nos dá a força de lutar e sofrer por amor do bem comum” (78). “O desenvolvimento tem necessidade de cristãos com os braços levantados para Deus em atitude de oração” (79); cristãos convictos de que o amor cheio de verdade – *caritas in veritate* – não é produzido por nós, mas nos é dado por Deus (cf. 79).

B) Intuições da Encíclica

- Em sua primeira encíclica, *Deus caritas est*, sobre a teologia da caridade, Bento XVI deu indicações sobre a Doutrina Social da Igreja (n. 26-29); *Caritas in veritate* é um texto dedicado inteiramente a essa matéria, mas o conceito central é a *caritas*, entendida como amor divino manifestado em Cristo. A caridade é a fonte inspiradora do pensar e do agir cristão no mundo. Ela não pode ser reduzida a um simples querer bem ou à filantropia.
- A Igreja foi constituída por Cristo para ser sacramento de salvação para todos os povos (*Lumen Gentium*, 1). Ela não é um agente político nem uma ONG; ela inspira, mas não faz política. Assim, a Doutrina Social da Igreja não é um “terceiro caminho”, isto é, um programa político para se atingir uma sociedade perfeita; tal Doutrina também não busca a instalação de uma teocracia, onde os princípios válidos no campo da fé devem ser aplicados no viver social. A Igreja defende, sim, a liberdade religiosa.



- Bento XVI insiste na idéia de que a Doutrina Social da Igreja é um elemento de evangelização – isto é, o anúncio de Jesus Cristo, morto e ressuscitado, tem uma incidência social. Assim, de um lado ela deve ser vista sempre no contexto do Evangelho; de outro, deve-se ter consciência de que ela é tão somente um dos caminhos da evangelização – uma evangelização que a ultrapassa, pois o homem é muito mais do que um ser que vive na sociedade.
- O coração da Doutrina Social da Igreja é o ser humano. Por isso, as primeiras encíclicas sociais se preocuparam com o trabalho, o justo salário, a associação dos trabalhadores etc. Mais tarde, as encíclicas sociais se voltaram para os desafios internacionais: os desequilíbrios entre países ricos e pobres, o desenvolvimento, as relações internacionais. Bento XVI procura responder a uma pergunta fundamental: que homem queremos salvar? Pode-se considerar verdadeiro desenvolvimento aquele que fecha o homem em horizontes terrenos, feito só de bem estar material e que ignora valores, particularmente aqueles que são uma resposta às interrogações mais profundas do ser humano? Pode haver verdadeiro desenvolvimento sem Deus?
- O ser humano não é apenas o objetivo do processo de desenvolvimento, mas sujeito desse processo. Quem conheceu Jesus Cristo sente-se impelido a trabalhar pelo bem comum.
- O “pecado das origens” impede, em muitos lugares, a construção de uma sociedade justa. Não se pode, pois, afrontar a questão social sem um referimento à questão ética. Para a construção de uma nova sociedade, para uma economia autenticamente humana e essencialmente ética, há necessidade de homens novos, impulsionados pela caridade.
- A via para corrigir o rumo da globalização se apóia em uma lógica diferente da baseada nas leis da oferta e da procura. Sua sustentação é a gratidão, a responsabilidade social, a redistribuição equitativa da riqueza, a capacidade para criar novas formas de empresa. Experiências atuais em matéria de comércio justo, micro-financiamentos, economia solidária e de comunhão, nos mostram que esse caminho não só é possível, mas necessário. A globalização só modificará seu perfil através de pessoas que sejam capazes de remodelá-la.
- Do ponto de vista cristão, o progresso não depende só da promoção humana, do anúncio da fé e do amor de Cristo, mas, também, da esperança cristã, dom de Deus. Ela impede que nos contentemos com a construção do reino aqui e agora, e nos



ajuda a reconhecer que somente em Deus se concretiza nosso desejo de felicidade.

- Deus renova o coração do homem para que possa viver na caridade e na justiça. O cristão não se contenta em acompanhar a História ou a protestar, mas, convertido, quer transformar os acontecimentos, inclusive pela oração.

C) Conclusão

Caritas in veritate é uma luz para nós, cristãos, e para a sociedade.

Referências

ALLEN, John L. Jr. “Chaves de leitura da encíclica social de Bento XVI”. *National Catholic Reporter*, 02.07.2009. Tradução de Moisés Sbardelotto, *site da Unisinos*.

BIANCHI, Enzo. “*Caritas in veritate*: além da lógica da troca”. In *La Stampa*, Turim, 12.07.2009. Tradução de Benno Dischinger, *site da Unisinos*.

CORDES, Cardeal Paul Josef. “Intervento alla Conferenza Stampa di Presentazione dell’enciclica del Santo Padre Benedetto XVI dal titolo: *Caritas in veritate*. In: *site do Vaticano*.

GUERRA LÓPEZ, Rodrigo. “Entrevista para *Zenit: Caritas in veritate* no atual debate filosófico-social”. In *site de Zenit*, 22.07.2009.

IHU (Instituto Humanitas Unisinos) – On-Line. “Dossiê especial *Caritas in veritate*”. In *site da Unisinos*.

SPILLER, Eduardo; BOTAS, Paulo. “*Caritas in veritate*: denúncia e esperança profética”. In *TQ – Teologia em Questão*, Taubaté, Ano VIII, 15 (2009/1), pp. 9-34.

Endereço do autor (após 25/03)

Avenida Cardeal da Silva, 26,
Condomínio Pedra da Marca, Casa 33, Federação
40231-250 Salvador, BA